

ACÓRDÃO Nº 077511/2024-PLENV

1 **PROCESSO:** 242747-9/2019

2 **NATUREZA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO

3 **INTERESSADO:** MURILO SANCHES RODRIGUES

4 **ÓRGÃO JURISDICIONADO/ENTIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA

5 **RELATOR:** CHRISTIANO LACERDA GHUERREN

6 **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** SERGIO PAULO DE ABREU MARTINS TEIXEIRA

7 **ÓRGÃO DECISÓRIO:** PLENÁRIO VIRTUAL

8 **ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO**, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em sessão do **PLENÁRIO VIRTUAL**, por unanimidade, por **NÃO ACOLHIMENTO** com **IRREGULARIDADE, APLICAÇÃO DE MULTA** e **COMUNICAÇÃO**, nos exatos termos do voto do Relator.

9 **ATA Nº:** 35

10 **QUÓRUM:**

Conselheiros presentes: Rodrigo Melo do Nascimento, José Maurício de Lima Nolasco, Marianna Montebello Willeman e Marcio Henrique Cruz Pacheco

Conselheiros-Substitutos presentes: Andrea Siqueira Martins, Marcelo Verdini Maia e Christiano Lacerda Ghuerren

11 **DATA DA SESSÃO:** 14 de Outubro de 2024

12 **CONDENAÇÃO:**

12.1 **ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO:** COORDENADORIA DE AUDITORIA DE CONTAS DE GESTÃO

12.2 **TIPO DE CONDENAÇÃO:** IRREGULARIDADE

12.3 **RESPONSÁVEL:** MURILO SANCHES RODRIGUES

12.4 **FUNDAMENTO:** Lei Complementar nº 63/1990, art. 20, inc. III, alín. 'a'.

Vistos, relatados e discutidos estes autos referentes à Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, relativa ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente, à época.

Considerando a análise realizada pela Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão - CAC-GESTÃO, em 25/04/2024, e o pronunciamento da Subsecretaria de Controle de Contas e

Gestão Fiscal - SUB-CONTAS, datado de 25/04/2024;

Considerando o parecer do Ministério Público de Contas, elaborado pelo ilustre Procurador de Contas Sergio Paulo de Abreu Martins Teixeira, em 13/05/2024;

Considerando que as Razões de Defesa apresentadas pelo jurisdicionado não elidiram as irregularidades detectadas pela Instrução;

Considerando que a marcha processual observou os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Plenária Ordinária, em:

JULGAR IRREGULARES as Contas de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, relativa ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente, à época, nos termos do artigo 20, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em face da ocorrência de grave infração à norma legal.

13 CONDENAÇÃO:

13.1 ÓRGÃO DE INSTRUÇÃO: COORDENADORIA DE AUDITORIA DE CONTAS DE GESTÃO

13.2 TIPO DE CONDENAÇÃO: APLICAÇÃO DE MULTA

13.3 RESPONSÁVEL: MURILO SANCHES RODRIGUES

13.4 VALOR: 5.000 UFIR-RJ, correspondente, nesta data, a R\$ 22.686,50 (vinte e dois mil seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), a ser recolhido, com recursos próprios, ao Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do TCE-RJ (FEM/TCE-RJ).

13.5 ENTE COMPETENTE PARA EXECUÇÃO FISCAL: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

13.6 FUNDAMENTO: Lei Complementar nº 63/1990, art. 23, § único.; Lei Complementar nº 63/1990, art. 63, inc. I.; Lei Complementar nº 63/1990, art. 65.

13.7 PRAZO PARA RECOLHIMENTO: 15 (quinze) dias

Vistos, relatados e discutidos estes autos referentes à Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, relativa ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente, à época.

Considerando a análise realizada pela Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão - CAC-GESTÃO, em 25/04/2024, e o pronunciamento da Subsecretaria de Controle de Contas e Gestão Fiscal - SUB-CONTAS, datado de 25/04/2024;

Considerando o parecer do Ministério Público de Contas, elaborado pelo ilustre Procurador de Contas Sergio Paulo de Abreu Martins Teixeira, em 13/05/2024;

Considerando que a marcha processual observou os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa;

Considerando que, nos termos do Voto proferido, o Plenário decidiu pela Irregularidade

das Contas de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, relativa ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente, à época, nos termos do artigo 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em face da ocorrência de infração de natureza grave, em desacordo com os parâmetros estabelecidos na legislação vigente;

Considerando que a Irregularidade das Contas sujeita o responsável à penalidade de multa, conforme o disposto no art. 23, parágrafo único, c/c o art. 63, inciso I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 63/90;

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Sessão Plenária Ordinária, em:

APLICAR MULTA ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, com fulcro no art. 23, parágrafo único, c/c inciso I do artigo 63 c/c o artigo 65, todos da Lei Complementar Estadual nº 63/90, no valor de 5.000 UFIR-RJ, equivalente, nesta data, a R\$ 22.686,50 (vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), em face da Irregularidade das Contas, a ser destinada ao FEM/TCE-RJ, na forma do art. 3º, inciso VII da Lei Estadual nº 6.113/2011, no prazo de 15 (quinze) dias da ciência desta decisão, ficando, desde já, autorizada a COBRANÇA JUDICIAL, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº 343/23, inclusive a expedição de ofício ao titular do órgão competente para proceder à inscrição na dívida ativa estadual, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo determinado;

Christiano Lacerda Ghuerrren

Relator

Rodrigo Melo do Nascimento

Presidente

Fui presente,

Henrique Cunha de Lima

Procurador-Geral de Contas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO
CHRISTIANO LACERDA GHUERREN

VOTO GCS-3

PROCESSO: TCE/RJ nº 242.747-9/19
ORIGEM: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA - MESQUITAPREV
ASSUNTO: Prestação de Contas Anual de Gestão – Exercício de 2018
PRESTAÇÃO DO CONTAS ANUAL DE GESTÃO. EXERCÍCIO 2018. IRREGULARIDADE DAS CONTAS. APLICAÇÃO DE MULTA. COMUNICAÇÃO.

Trata o presente processo de Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, relativa ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente, à época.

Após decisões anteriores, em 27/06/2023 proferi decisão Monocrática vazada nos seguintes termos:

***I - Pela NOTIFICAÇÃO** do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, nos termos do art. 15, inciso II, c/c art. 30 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente razões de defesa quanto aos fatos apontados pelo Corpo Instrutivo, discriminados no Relatório deste Voto, sendo alertado quanto às sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em caso de não atendimento a decisão desta Corte;*

***II - Pela NOTIFICAÇÃO** do Sr. Eliel Fernandes da Silva responsável pela contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, no exercício de 2018, nos termos do art. 15, inciso II, c/c art. 30 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente razões de defesa quanto aos fatos apontados pelo Corpo Instrutivo, discriminados no Relatório deste Voto, sendo alertado quanto às sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em caso de não atendimento a decisão desta Corte;*

***III - Pela COMUNICAÇÃO** ao atual Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, nos termos do art. 15, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que tome ciência da presente decisão plenária,*

viabilizando o acesso dos responsáveis notificados à documentação necessária ao atendimento a esta Corte.

Em atendimento, o Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, encaminhou a documentação autuada como Doc. TCE-RJ nº. 19.968-3/2023.

O Sr. Eliel Fernandes da Silva responsável pela contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, no exercício de 2018, quedou-se inerte, conforme Certificado de Revelia nº 370/2023.

A Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão – CAC-GESTÃO, após análise dos elementos encaminhados, em instrução eletrônica de 25/04/2024, sugere o seguinte:

I – NÃO ACOLHIMENTO das razões de defesa apresentadas pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues, mediante o DOC. TCE-RJ n.º 19.968-3/2023.

II – Sejam julgadas IRREGULARES as Contas Anuais de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, com fulcro no art. 20, inciso III, alínea a, da Lei Complementar Estadual n.º 63/90, em face da ocorrência das seguintes IRREGULARIDADES e IMPROPRIEDADES:

IRREGULARIDADES:

1 – Emissão de demonstrativos contábeis, com dados posicionados em 31/12/2018 divergentes referentes ao MESQUITAPREV, evidenciando a fragilidade dos controles contábeis daquele Instituto e a ausência de fidedignidade dos dados constantes dos referidos demonstrativos.

2 - Ausência do Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre as contas, devidamente assinado por contabilista registrado no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.

3 – Ausência do Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras elaborado em 2018 (contendo Quadro Principal) conforme Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ n.º 277/17, objetivando evidenciar, de forma resumida, as conciliações bancárias efetuadas à época que ensejaram o saldo das disponibilidades registrados nos Balanços Financeiro e Patrimonial (fls. 22-23) no montante de R\$122.890.315,70.

4 - Divergência, na ordem de R\$1.870.774,53, entre o saldo do exercício anterior, constante do Balanço Financeiro de fl. 22, no montante de R\$110.539.719,93 e o saldo para o exercício seguinte registrado no BF 2017 (processo TCE-RJ n.º 227.279-1/18), de R\$108.668.945,40 (Questão Normativa 5.3 da instrução de 31/05/2023).

IMPROPRIEDADES:

1 - Divergência na ordem de R\$16.409,07, entre a inscrição em restos a pagar processados registrada no Balanço Financeiro no valor de R\$361.466,22, e o apurado com base na Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa R\$377.875,29 (Questão Normativa 4.2 da instrução de 31/05/2023).

2 – O Anexo 17, às fls. 31-32, registra o montante de R\$395.014,60, divergente do registrado no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial, à fl. 23, de R\$4.998.399,84. (Questão Normativa 5.10 da instrução de 31/05/2023).

3 – Ausência de informação quanto à composição do valor registrado na rubrica “Ajuste de Exercícios Anteriores” de R\$242.582,25, no Balanço Patrimonial de fl. 23.

4 – Ausência de cópia da Certificação dos responsáveis pela gestão dos recursos do MESQUITAPREV, no exercício de 2018, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011.

5 – Ausência de declaração do Gestor, referente ao exercício de 2018, informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno, conforme item 16 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17.

III - APLICAÇÃO DE MULTA ao Sr. Eliel Fernandes da Silva, responsável pelo setor de Contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, no exercício de 2018, ante o não atendimento, sem causa justificada, à decisão desta Corte, em valor a ser estipulado pelo Colendo Plenário desta Corte de Contas, com fulcro no art. 63 IV, da Lei Complementar Estadual nº 63/90, destinada ao FEM/TCE-RJ, na forma do art.3º, inciso VII, da Lei estadual nº 6.113/2011, DETERMINANDO-SE a COBRANÇA JUDICIAL, nos termos do art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 267/16, inclusive com a expedição de ofício à Dívida Ativa Estadual, caso a multa não venha a ser recolhida no prazo regimental, e a continuidade do processo no que se refere ao aguardo do recolhimento da sanção, observado o procedimento recursal

O Ministério Público de Contas, representado pelo Procurador Sergio Paulo de Abreu Martins Teixeira, manifesta-se no mesmo sentido.

É o Relatório.

Inicialmente, registro que atuo nestes autos nos termos do art. 216 do Regimento Interno deste Tribunal, tendo em vista o Ato Executivo nº 26.183, exarado pela Presidência desta Egrégia Corte de Contas, publicado no DOERJ de 27 de março de 2024.

Ao proceder ao exame da documentação apresentada, a Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão – CAC-GESTÃO, assim se manifesta:

(...)

3.1 – DO ATENDIMENTO AO ITEM I DO VOTO

RESPOSTA: mediante o Ofício s/n.º constante à peça 648, o Sr. Murilo Sanches Rodrigues, gestor à época do MESQUITAPREV limita-se a informar o seguinte:

Após ter analisado a documentação retransmitida pelo Município em 05/10/2020, pude concluir que o órgão central de controle interno (Controladoria Geral do Município), ao consolidar a Prestação de Contas da Gestão referente ao exercício de 2018, desconsiderou a Prestação de Contas do Mesquitaprev encaminhada a

este Tribunal em 26/11/2019, justificando assim as divergências apontadas nas análises constantes da Decisão Monocrática GCS-3.

Em virtude do exposto, acredito que cabe aos gestores municipais responsáveis pelo último envio (05/10/2020), no qual foi retificada a Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2018, prestar todos os esclarecimentos referentes a decisão GCS-3 e de outras que porventura vierem a surgir

ANÁLISE: destaca-se que os questionamentos sugeridos na instrução de 31/05/2023 e ratificado pelo Plenário subdividem-se em duas situações distintas:

O primeiro questionamento, constante do **item I.1**, objetivou a apresentação de razões de defesa quanto aos motivos que ensejaram a emissão de demonstrativos com valores conflitantes, sendo aqueles constantes às fls. 06-33 encaminhados inicialmente nesta PCA, e os anexados às fls. 180-194 extraídos da PCGOV 2018 que, embora não assinados pelo gestor do Instituto, foram, em princípio, extraídos da base de dados do referido Instituto (não se olvidando de 3º envio de novos demonstrativos contábeis, acostados às fls. 228-273 com dados também divergentes daqueles inicialmente encaminhados e acostados às fls. 06-33 e dos demonstrativos de fls. 180-194). Portanto, a despeito de alegações do então gestor do MESQUITAPREV de que não assinou estes últimos demonstrativos, uma nova emissão dos demonstrativos com dados conflitantes evidência, a nosso ver, no mínimo, ausência de fidedignidade no registro contábil do referido Instituto, fato inclusive evidenciado pelo próprio implicado nos documentos de fls. 510 e 515, onde discorre sobre as fragilidades no registro dos dados.

Pontuamos ainda que o Sr. Murilo Sanches Rodrigues ocupou o cargo de Presidente do Instituto no período de 01/01/2017 a 17/03/2020 (conforme espelho do sistema de Ofícios desta Corte apresentado a seguir), sendo responsável tanto pelo encaminhamento da presente tomada de contas em 2019, quanto pela apresentação dos demonstrativos e dados do Instituto ao Executivo Municipal para compor a PCGOV de 2018, não sendo outro o responsável pelo controle e envio dos dados.

Q Consultar Responsáveis de um Órgão				
Órgãos				
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA				
Cargo				
DIRETORA-PRESIDENTE				
Responsável	↕	↑	Início	↕
CATIA DA SILVA FERRAZ			01/01/2021	
LEANDRO MACHADO FERREIRA			17/03/2020	31/12/2020
MURILO SANCHES RODRIGUES			01/01/2017	17/03/2020

Destarte, a alegação apresentada pelo responsável à época pelas contas em comento, de que cabe aos demais gestores responsáveis pelo envio dos demonstrativos retificados apresentar os esclarecimentos, não deve prosperar.

Quanto aos demais questionamentos, constantes dos **itens I.2 a I.9** da instrução datada de 31/05/2023, ratificadas pelo Plenário, referem-se a divergências contábeis tomando por base os demonstrativos inicialmente encaminhados pelo gestor, Sr. Murilo Sanches Rodrigues, (Ofício 255-2019/MESQUITAPREV, fl. 01), demonstrativos estes acostados às fls. 06-33 e considerados na análise daquela instrução, bem como ausência de documentos extracontábeis necessários para saneamento das contas, tais como Certificado de Auditoria e Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras. Portanto, quanto a tais questionamentos, o responsável pelas contas ficou-se em silêncio.

3.2 – DO ATENDIMENTO AO ITEM II DO VOTO

Verifica-se que não houve atendimento ao referido chamamento, por parte do responsável pela contabilidade à época, sendo este considerado revel, conforme Certificado de Revelia n.º 370/2023 constante à fl.651, destacando-se que a notificação buscou esclarecer o motivo da emissão de demonstrativos contábeis com dados divergentes, todos assinados pelo então contador, evidenciando a sua responsabilização na elaboração dos demonstrativos com dados conflitantes.

*Portanto, cuidamos, **S.M.J.**, deva ser o responsável pela contabilidade do Instituto à época passível de sanção, o que será sugerido na proposta de encaminhamento.*

Conforme demonstrado acima, as Razões de Defesa apresentadas pelos jurisdicionados não elidiram as irregularidades detectadas pela Instrução, principalmente no que diz respeito ao cancelamento de restos a pagar processados (despesas já liquidadas) sem o devido amparo na Legislação Federal.

Conforme demonstrado acima, nas razões de defesa apresentadas, o Sr. Murilo Sanches Rodrigues se exime da responsabilidade de encaminhar os esclarecimentos solicitados por esta Corte de Contas, alegando, tão somente, que cabe aos gestores municipais que o sucederam a responsabilidade de prestar tais informações.

Nesse ponto, importa destacar que o referido jurisdicionado ocupou o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV no período de 01/01/2017 a 17/03/2020, sendo, portanto, responsável tanto pelo encaminhamento das presentes contas quanto pelo controle e envio dos dados.

Torna-se oportuno contextualizar que o gestor público não pode se eximir da responsabilidade de comprovar, de forma clara e objetiva, a boa e regular gestão dos recursos públicos que lhe foram confiados, nos termos fixados em lei, o que não ocorreu.

Sendo assim, tendo em vista que o gestor à época não apresentou provas suficientes para elidir as irregularidades detectadas pela Instrução, devidamente discriminadas no item I da Decisão Monocrática de 27/06/2023, entendendo pela aplicação de multa ao responsável, com base nos artigos 23, parágrafo único e 63, I, da Lei Complementar Estadual nº 63/90.

Ressalto que foram concedidas ao jurisdicionado condições para o exercício das garantias constitucionais ao contraditório e à ampla defesa, ambas insculpidas no artigo 5º, inciso LV, da CR/88.

Registro também que, em respeito ao artigo 65 da Lei Orgânica deste Tribunal em vigor, foram levadas em conta, na fixação da multa proposta ao Responsável, entre outras condições, as de exercício da função, a relevância da falta, o grau de instrução e a qualificação funcional, bem como se agiu com dolo ou culpa.

Importa informar, ainda, que, considerando que a aplicação das multas no presente processo tem como fundamento nos artigos 63, inciso I, da Lei Orgânica deste Tribunal, não relacionados à ocorrência de dano ao erário, a execução das sanções impostas compete ao Estado do Rio de Janeiro, caso as importâncias devidas não sejam recolhidas no prazo fixado.

Por fim, entendo pelo não acolhimento da sugestão do Corpo Instrutivo quanto à aplicação de multa ao Sr. Eliel Fernandes da Silva, responsável pela contabilidade do MESQUITAPREV no exercício de 2018, com base no art. 63, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 63/90, por ter se quedado inerte à Notificação a ele expedida na Decisão Monocrática de 27/06/2024.

Isto porque, a falta de apresentação de razões de defesa por supostas irregularidades não implica em não atendimento, sem causa justificada, à diligência ou à decisão deste Tribunal.

Desta feita, a multa proveniente da constatação de irregularidade das contas deverá ser aplicada somente ao Presidente do Instituto à época, o qual possuía a responsabilidade pelos recursos geridos em âmbito do MESQUITAPREV.

Em suma, encerrada a fase processual preliminar, resta ocorrer o julgamento definitivo da presente Prestação de Contas pela sua consequente Irregularidade e Aplicação de Multa ao Responsável.

Pelo exposto, manifesto-me **PARCIALMENTE DE ACORDO** com as proposições do Corpo Instrutivo e do douto Ministério Público de Contas, residindo minha parcial divergência quanto à aplicação de multa ao Gestor do Instituto, em face da Irregularidade das Contas, e o afastamento da multa ao responsável pela contabilidade do MESQUITAPREV, e

VOTO:

I - Pelo **NÃO ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE DEFESA** apresentadas pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, mediante o doc. TCE-RJ n.º 19.968-3/2023

II - Pela **IRREGULARIDADE DAS CONTAS** Anuais de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, relativas ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente, à época, nos termos do artigo 20, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em face da ocorrência das Irregularidades e das Impropriedades elencadas a seguir:

IRREGULARIDADES:

1 - Emissão de demonstrativos contábeis, com dados posicionados em 31/12/2018 divergentes, referentes ao MESQUITAPREV, evidenciando a fragilidade dos controles contábeis daquele Instituto e a ausência de fidedignidade dos dados constantes dos referidos demonstrativos;

2 - Ausência do Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre as contas, devidamente assinado por contabilista registrado no CRC – Conselho Regional de Contabilidade;

3 - Ausência do Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, elaborado em 2018, (contendo Quadro Principal) conforme Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ n.º 277/17, objetivando evidenciar, de forma resumida, as conciliações bancárias efetuadas à época, que ensejaram o saldo das disponibilidades registrados nos Balanços Financeiro e Patrimonial (fls. 22-23) no montante de R\$122.890.315,70; e

4 - Divergência, na ordem de R\$1.870.774,53, entre o saldo do exercício anterior, constante do Balanço Financeiro de fl. 22, no montante de R\$110.539.719,93, e o saldo para o exercício seguinte registrado no BF 2017, (processo TCE-RJ n.º 227.279-1/18), de R\$108.668.945,40 (Questão Normativa 5.3 da instrução de 31/05/2023).

IMPROPRIEDADES:

1 - Divergência, na ordem de R\$16.409,07, entre a inscrição em restos a pagar processados registrada no Balanço Financeiro, no valor de R\$ 361.466,22, e o apurado com base na Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa, no valor de R\$ 377.875,29 (Questão Normativa 4.2 da instrução de 31/05/2023);

2 - O Anexo 17, às fls. 31-32, registra o montante de R\$ 395.014,60, divergente do registrado no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial, à fl. 23, de R\$ 4.998.399,84 (Questão Normativa 5.10 da instrução de 31/05/2023);

3 - Ausência de informação quanto à composição do valor registrado na rubrica "Ajuste de Exercícios Anteriores" de R\$ 242.582,25, no Balanço Patrimonial de fl. 23;

4 - Ausência de cópia da Certificação dos responsáveis pela gestão dos recursos do MESQUITAPREV, no exercício de 2018, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011; e

5 - Ausência de declaração do Gestor, referente ao exercício de 2018, informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno, conforme item 16 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17.

III - Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, nos termos dos artigos 23, parágrafo único, 63, inciso I c/c o art. 65, todos da Lei Complementar Estadual nº 63/90, no valor de **5.000 UFIR-RJ**, equivalente, nesta data, a R\$ 22.686,50 (vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), em face da irregularidade das contas, a ser destinada ao FEM/TCE-RJ, na forma do art. 3º, inciso VII da Lei Estadual nº 6.113/2011, no prazo de 15 (quinze) dias da ciência desta decisão, ficando, desde já, autorizada a COBRANÇA JUDICIAL, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº 343/23, inclusive a expedição de ofício ao titular do órgão competente para proceder à inscrição na dívida ativa estadual, caso a presente multa não venha a ser recolhida no prazo determinado;

IV - Pela **COMUNICAÇÃO** ao Sr. Eliel Fernandes das Silva, responsável pelo Setor de Contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, nos termos do art.

15, inciso I do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que tome ciência da presente decisão Plenária; e

V - Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, nos termos do art. 15, inciso I do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que tome ciência da presente decisão Plenária.

GCS-3,

CHRISTIANO LACERDA GHUERREN
Conselheiro Substituto